

AS NOVAS DEMANDAS DO ENSINO SUPERIOR: O PROFESSOR COMO INCENTIVADOR DA CRIATIVIDADE DOS ALUNOS

ADORNO JÚNIOR, Helcio Luiz

Faculdade Santa Lúcia
helcio.prof@santalucia.br

SOUZA, Martha Coelho de

Faculdade Santa Lúcia
marthacoelho@uol.com.br

BOLOGNESI, Roselaine

Faculdade Santa Lúcia
roselainebolognesi@yahoo.com.br

RESUMO

É importante para o aprendizado e para a formação dos novos profissionais que o professor incentive a criatividade na sala de aula. A maior participação dos alunos pode tornar o aprendizado sistematizado mais eficaz e produzir melhores resultados, tanto para quem aprende quanto para quem ensina. A forma tradicional de ensino, notadamente nas universidades, baseada no monólogo e nas unilaterais exposições da matéria em salas de aula, nas quais os alunos são colocados em linhas enfileiradas, não tem a eficácia esperada, pois inibe o ouvinte. O professor, especialmente o universitário, precisa fazer com que os alunos expressem suas ideias, incentivando o debate e a pluralidade na troca de informações. O intuito deste estudo é mostrar que a mudança no enfoque das aulas nos centros de estudo é essencial para a valorização do ensino superior e do próprio magistério. As reflexões estão fundamentadas em autores e discussões atuais, tais como o Relatório das Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

(UNESCO)¹, dados do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) e autores como Cury (2010). Tais fundamentações sobre o tema abordado neste artigo reforçam o papel central do professor no processo de ensino-aprendizagem e na promoção de uma visão de educação mais adequada aos desafios e às exigências do mundo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; professor; magistério; criatividade; ensino.

INTRODUÇÃO

A educação é a base para o progresso da sociedade. Não há como se falar em desenvolvimento social sem a formação dos cidadãos.

Os índices de educação dos brasileiros ainda não atingiu os padrões internacionais tido como adequados, o que pesa sensivelmente na apuração do grau de desenvolvimento social do país. De acordo com o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA) (2012), o Brasil, entre os sessenta e cinco países comparados, ocupa o 58º lugar no ranking geral².

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o PISA é coordenado pelo INPE, que tem os seguintes propósitos:

[...] O objetivo do Pisa é produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países participantes, de modo a subsidiar políticas de melhoria do ensino básico. A avaliação procura verificar até que ponto as escolas de cada país participante estão preparando seus jovens para exercer o papel de cidadãos na sociedade contemporânea. As avaliações do Pisa acontecem a cada três anos e abrangem três áreas do conhecimento –

¹ Cf. Relatório UNESCO intitulado Educação – um tesouro a descobrir (DELORS, 1996).

² O *Programme for International Student Assessment* (PISA) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa internacional de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países.

Leitura, Matemática e Ciências – havendo, a cada edição do programa, maior ênfase em cada uma dessas áreas. Em 2000, o foco foi em Leitura; em 2003, Matemática; e em 2006, Ciências. O Pisa 2009 iniciou um novo ciclo do programa, com o foco novamente recaindo sobre o domínio de Leitura; em 2012, é novamente Matemática; e em 2015, Ciências. Além de observar as competências dos estudantes em Leitura, Matemática e Ciências, o Pisa coleta informações para a elaboração de indicadores contextuais, os quais possibilitam relacionar o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Essas informações são coletadas por meio da aplicação de questionários específicos para os alunos e para as escolas. (INEP, 2014, p.1) [...]

Os dados divulgados pelo OCDE/PISA (2012) revelam que mesmo com a evolução dos alunos em relação à matemática, o Brasil ainda está abaixo da média da OCDE, ficando no patamar de países como Albânia, Jordânia, Argentina e Tunísia. Comparado com a América Latina, o desempenho brasileiro está abaixo de países como Chile, México, Uruguai e Costa Rica, mas supera a Colômbia e o Peru. A pesquisa ressalta que metade dos ganhos obtidos pelo Brasil em matemática se deve ao desenvolvimento econômico, social e cultural dos estudantes. Em leitura, o Brasil subiu de 396 pontos, em 2000, para 410 pontos, em 2012, alcançando o mesmo patamar de Colômbia, Tunísia e Uruguai, abaixo da média da OCDE. Na América Latina, os estudantes brasileiros tiveram performance inferior aos colegas chilenos, costa-riquenhos e mexicanos, mas superior aos argentinos e peruanos. O estudo atribui a evolução do Brasil nesse item somente aos avanços econômicos e sociais nos períodos em destaque, conforme **Quadro 1**:

Quadro 1 – Desempenho do Brasil no PISA

BRASIL	PISA 2000	PISA 2003	PISA 2006	PISA 2009	PISA 2012
Matemática	334	356	370	386	391
Leitura	396	403	393	412	410
Ciências	375	390	390	405	405
Média Geral	368	383	384	401	402

Fonte: Portal Terra/ Educação (2013, p. 1).

Destaque-se que houve uma melhora geral nos resultados quando comparados os dados de 2000 e de 2012, porém, ainda muito aquém do que se deseja em termos de qualidade da educação. Outro ponto destacado em relação ao Brasil está no aumento percentual de estudantes matriculados. De acordo com o estudo, em 2003, 65% dos jovens com quinze anos de idade frequentavam a escola. Em 2012, o país conseguiu matricular 78% dos adolescentes nessa faixa etária, o que mostra que o Brasil teve avanços significativos no número de matrículas. (MELLO, 2013)

Ressalte-se que não é apenas a quantidade de pessoas instruídas educacionalmente no nível básico que deve ser considerada, mas também a qualidade da instrução que é transmitida e, neste quesito, o Brasil, conforme dados apresentados pelo PISA, tem muito a avançar.

Os modelos tradicionais utilizados por muitas instituições de ensino já se mostram ultrapassados, pois não alcançam os propósitos sociais esperados na atualidade. Entre estes propósitos destaca-se a necessidade de se equacionar formação que desenvolva uma postura cidadã mais consciente no mundo, uma visão humanista sobre o papel do indivíduo na sociedade e que, ao mesmo tempo, instrumentalize-o para o mundo do trabalho. Esse desafio, a ser enfrentado pela educação básica e ainda não satisfeito, adentra para o ensino superior e caracteriza o conjunto de problemas também vivenciados nesta etapa da formação intelectual. Em outras palavras, falta de competências mínimas em matemática, leitura e ciências exigem que as instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas adequem seus currículos e suas práticas no sentido de amenizar os prejuízos inerentes à formação deficitária da educação básica.

Esses desafios, contudo, não se circunscrevem à realidade brasileira e resultaram em um conjunto de reflexões realizadas sobre os rumos da educação mundial ao longo dos anos de 1990. Foi sintetizado no Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, intitulado: *Educação – um tesouro a descobrir*, organizado por Jacques Delors (grifo nosso). Segundo Bolognesi (2010, p. 62), “a Comissão que elaborou o relatório procedeu de um exercício de reflexão, identificando tendências e auscultando necessidades num cenário de incertezas e hesitações que caracterizaram o final do século XX”.

De acordo as principais discussões e perspectivas desenvolvidas em referido relatório a Educação deve ser concebida como um processo que ocorre ao longo da vida, devendo adaptar-se às transformações da sociedade, sem deixar de transmitir as aquisições, e os saberes básicos frutos da experiência humana, ultrapassando, portanto, a dicotomia entre educação

sistemática (formal) e educação assistemática (informal). O importante é formar um indivíduo capaz de acompanhar as inovações, tanto na vida pessoal quanto profissional. (BOLOGNESI, 2010).

Em síntese, é possível sustentar que o relatório da Unesco enfatiza a formação da mão de obra como investimento estratégico; a necessidade de formar pessoas capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e de dominar essas transformações; aponta a existência de partilha desigual dos conhecimentos e competências, que deve ser superada; defende uma educação que contribua para o desenvolvimento total da pessoa: espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade; preconiza a promoção de uma sociedade onde tudo possa ser ocasião para aprender; enfatiza a necessidade de sistemas formais (sistemas educativos) responsáveis por forjarem as competências e habilidades que farão com que cada pessoa continue a aprender ao longo da vida; compreende que o professor não é apenas transmissor de conhecimentos, mas que deve apresentá-los sob a forma de problemas a resolver, situando-os num contexto e os colocando em perspectiva de modo que o aluno possa estabelecer ligação entre a solução e outras interrogações mais abrangentes. (DELORS, 2006).

No sentido de alcançar esses objetivos e superar as dificuldades, o relatório aponta para os quatro pontos basilares da educação. Ela deve organizar-se em quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão, de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento:

- a) Aprender a conhecer: adquirir os instrumentos da compreensão. Aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida;
- b) Aprender a fazer: para poder agir sobre o meio envolvente. Tornar a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe;
- c) Aprender a viver juntos: participar e operar com os outros em todas as atividades humanas. Tomar consciência da diversidade da espécie humana, das suas semelhanças e da interdependência de todos os seres do planeta;
- d) Aprender a ser: para melhor desenvolver a sua personalidade e estar a altura de agir cada vez com mais capacidade e autonomia, de discernimento e de responsabilidade social. Aprender a ser é uma via essencial que integra os três precedentes. (BOLOGNESI, 2010).

Juntos, esses quatro pilares deverão ser, segundo o relatório, a base sobre a qual a educação contemporânea deve se assentar. Isso implica na formação de um indivíduo pleno de possibilidades e capaz de compreender

seu lugar no mundo com muitas diversidades. Assim, a principal função da educação é formar um indivíduo apto a se adaptar às constantemente transformações sociais (BOLOGNESI, 2010).

Por esta perspectiva, não basta que se transmitam em salas de aulas todas as informações que integram o conteúdo curricular da disciplina aos alunos. O mais importante para as instituições e, principalmente, para os professores, é certificar-se de que este conteúdo foi absorvido pelos discentes e em um patamar aceitável, também quanto aos aspectos da ética, da inserção social, da autonomia intelectual e das novas exigências do mundo do trabalho. Para tanto, mais relevante que gravar o conteúdo da disciplina é permitir que o aluno desenvolva um pensamento crítico. Fazer com que os alunos saibam integrar as disciplinas e resolver as questões que são propostas de forma a envolver diferentes ramos do saber humano, que traduzam resultados úteis para a sociedade, é o grande desafio a ser enfrentado por todos os agentes envolvidos no sistema educacional brasileiro, em especial pelos docentes. O pensamento crítico deve aqui ser compreendido no seu sentido mais abrangente e filosófico, ou seja, como capacidade permanente de questionamento do real, do senso comum, dos saberes estabelecidos, das ideias dogmáticas, ou seja, como domínio da problematização constante da realidade social em seus múltiplos aspectos.

Conforme Chauí (2011, p. 22):

A palavra crítica vem do grego e possui três sentidos principais: 1) "capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente"; 2) "exame racional de todas as coisas sem preconceito e sem pré-julgamento"; 3) "atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, um comportamento, uma obra artística ou científica". A atitude filosófica é uma atitude "crítica" porque preenche esses três significados da noção de *crítica*, a qual, como se observa, é inseparável da noção de *racional* [...] (destaques do original)

Direcionadas por esse entendimento sobre o pensamento crítico e pelos dados supra expostos, as linhas a seguir traçadas tratarão do tema da educação, especialmente da forma pela qual as aulas são ministradas no ensino superior brasileiro, para evidenciar seus pontos falhos, propor reflexões e alternativas, conforme perspectivas educacionais mais atuais, no sentido de melhorar a compreensão do conteúdo programático pelos alunos, que reflitam positivamente na sua formação e na posterior atuação profissional, até que uma contínua e efetiva reforma educacional sane seus pontos falhos.

2. ESCOLAS FORMATIVAS OU DE INTELIGÊNCIA

Sobre o pensamento de que a educação é a base para o desenvolvimento das sociedades todos concordam. Também é uniforme o entendimento de que o ensino superior no Brasil têm enfrentando dificuldades para manter a qualidade de outrora. O grande desafio para os educadores é encontrar as causas dessa realidade e buscar alternativas para mudar esse panorama, criando-se melhores perspectivas para a educação superior no Brasil.

Um dos fatores que contribuem negativamente para o sucesso da educação no país é o modo como as aulas são ministradas. Preocupa-se simplesmente com a transmissão de conhecimento aos alunos, sistematizados em extensos programas de curso. Não se direcionam as aulas para formação de um pensamento crítico e inventivo, mas apenas para a informação dos alunos, o que tem gerado perdas qualitativas para o ensino e para os seus sujeitos, como ensina Cury (2010, p. 83-84):

[...] Eu me curvo diante de todos os professores como um simples servo que semeia ideias, mas o sistema em que eles estão inseridos está doente. Os alunos estão adoecendo e os professores também. Algumas pesquisas mostram que mais de 80% dos professores apresentam pelo menos três sintomas psíquicos ou psicossomáticos. A situação é gravíssima. A sociedade digital desprezou os profissionais mais importantes da sociedade, os professores e professoras, que são responsáveis diretos pela formação as sociedade do futuro. Com uma das mãos os mestres escrevem na lousa, com a outra podem mudar o mundo quando ensinam a um aluno a arte de pensar. Não são eles insubstituíveis? [...]

O professor não é um simples vetor de informações. É muito mais que isso, pois tem a missão de formar sujeitos pensadores. Ele deve permitir que o aluno desenvolva o pensamento crítico, o que é ainda mais relevante que a própria transmissão do conteúdo do programa da disciplina que leciona. Isto sem considerar outros aspectos que, indiretamente, extraem-se da postura do professor em sala de aula, inclusive como direcionador de comportamento dos alunos.

Defende-se, todavia, que para que o professor estimule o pensamento crítico, é preciso que tenha postura crítica e reflexiva da sua prática, ou seja, que se perceba como agente de mudanças subjetivas e objetivas. Segundo o Relatório da Unesco, anteriormente citado nesse trabalho, a importância do professor enquanto agente de mudanças nunca foi tão patente como na

atualidade. Esse papel que será ainda mais decisivo no século XXI. As responsabilidades dos professores são enormes, pois cabe-lhes formar o caráter e o espírito das novas gerações. Para aprimorar a qualidade da educação é preciso, antes de tudo, melhorar a formação e as condições de trabalho dos professores. Eles somente poderão apresentar as respostas esperadas se possuírem os conhecimentos e as competências, as qualidades pessoais, as possibilidades profissionais e as motivações requeridas (DELORS, 1996).

Do mais jovem ao mais velho dos discentes, todos serão, direta ou indiretamente, influenciados pela figura do professor e pelos exemplos que passa no contato durante as aulas.

As instituições de ensino superior no Brasil, em geral, não identificam a importância de se adotar esse enfoque para as aulas. Muitas vezes, a falta de elementos materiais para tanto, como o excessivo número de alunos em sala de aula e a deficiência do acervo literário, pesa contrariamente à adoção dessa cultura. É fato, no entanto, que os resultados poderiam ser ainda melhores se houvesse mudança das perspectivas informativa para a formativa, adotando-se as chamadas 'escolas de inteligência'. Neste sentido, é o pensamento de Cury (2010, p. 79):

[...] É essencial passarmos da era das escolas informativas para a das escolas formativas ou escolas de inteligência. Estas educam a emoção, o intelecto, a sensibilidade, o imaginário e as habilidades que financiam a excelência da socialização. Elas representam um novo paradigma, outro modelo educacional, que objetiva formar construtores de ideias e não repetidores de informações. [...]

Os alunos devem sair das instituições de ensino aptos a expressar um pensamento crítico. A crítica que devem estar habilitados a desenvolver não deve ser a que simplesmente aponta defeitos, mas a pró-ativa, destinada a contribuir para a melhoria das condições de vida em sociedade em seus diversos setores.

O aluno que é treinado a gravar informações e a apenas repeti-las quando cobrado não tem muito a contribuir para a sociedade. É diferente daquele que consegue relacionar os conceitos e informações recebidos durante as aulas, para propor novas ideias, até mesmo a ponto de sugerir que sejam melhorados os conceitos que recebeu.

Cada ser humano é uma intrincada máquina de pensamentos que precisa ser incentivada a desenvolver suas habilidades. A mente humana deve ser explorada como fonte de sugestões para o bem coletivo. As diferentes

habilidades individuais e de modo de se encarar as situações cotidianas constituem arsenal importantíssimo para o desenvolvimento da criatividade, como ensina Cury (2010, p. 73):

[...] Construir pensamentos é um fenômeno mais complexo do que a proeza de pegar uma arma e, de olhos vendados, atirar numa mosca que está num edifício em outro país e acertá-la. Não nos damos conta de como a inteligência humana é fascinante. Admiramos obra de arte, computadores, aeronaves, celulares, mas não ficamos deslumbrados com a mente humana. [...]

O modo como as salas de aula são estruturadas atualmente nas instituições de ensino superior brasileiras não contribui para o debate de ideias. O extenso conteúdo dos programas de curso e o reduzido lapso de tempo para se apresentá-los a um número elevado de alunos também pesam negativamente. A colocação das carteiras em filas indianas nas salas deixa os alunos mais tímidos e faz com que as aulas sejam verdadeiros monólogos dos docentes. Melhor seria se as carteiras fossem arrumadas em semi-círculos, com números menores de alunos por salas de aula, e que o professor agisse apenas como fomentador de debates e não como único agente propagador de ideias, após passar os elementos de informação essenciais para que fossem desenvolvidos. Para Cury (2003, p. 123-125):

[...] Apesar de parecer inofensivo enfileirar os alunos uma atrás do outro na sala de aula, esta disposição é lesiva, produz distrações e obstrui a inteligência. O enfileiramento dos alunos destrói a espontaneidade e a segurança para expor as ideias. Gera um conflito caracterizado por medo e inibição. [...] Sentar em forma de U ou em círculo arquiteta o pensamento, melhora a concentração, diminui a ansiedade dos alunos. O clima da classe fica agradável e a interação social dá um grande salto. [...]

Para tanto, o professor precisar assumir o papel de educador, o que envolve diários exercícios de humildade e de paciência. Ele deve ter consciência de que mais aprende quem ensina e estar aberto ao debate das ideias que coloca em sala de aula, até mesmo ao ponto de mudar seus pensamentos, se for convencido pelos ouvintes, pois “o melhor professor não é o mais eloquente, mas o que mais instiga e estimula a inteligência” (CURY, 2003, p. 127). Se não estiver disposto a assim proceder, certamente não terá sucesso no magistério e pouco aprenderá com seus alunos, que

também não gravarão as informações que ele passar e, o que é ainda mais grave, não desenvolverão o necessário pensamento crítico. Sobre a postura que ora se recomenda ao professor, é interessante a leitura do pensamento de Cury (2010, p. 92):

[...] A grandeza de um ser humano não está no quanto ele sabe, mas no quanto ele tem consciência de que não sabe. Os que pensam o contrário serão contaminados pelo orgulho, deixarão de ser construtores de novas ideias, passarão a ser repetidores de dados. Serão filhos do tédio e amantes da mesmice, e não desbravadores de novos espaços. [...]

A sociedade da informação acredita que o professor pode ser substituído pelos meios de comunicação em massa ou por instrumentos de ensino à distância. Nada mais equivocado que esse pensamento. A presença do professor em sala de aula é insubstituível, pois ele é o responsável pelo fomento do debate entre os alunos e pela troca de ideias, que incentivarão o exercício da criatividade e o desenvolvimento das habilidades individuais.

As facilidades da era da informática, paradoxalmente, dificultam o trabalho do professor. Os alunos deixam de procurar os livros e se contentam com as informações que coletam rapidamente por meios dos sítios de busca na rede mundial de computadores. Sem contar aquelas situações indesejadas de alunos que trazem seus microcomputadores para as salas de aulas, para visitar sítios de informações ou entretenimentos que não têm a menor ligação com o tema que está sendo abordado pelo professor. Incentivar a prática da leitura é outro dos hábitos que precisam ser incentivados pelo professor, como identificam Adorno Júnior e Silva (2010, p. 11-27):

[...] A leitura é o principal veículo do pensamento reflexivo e do espírito crítico. Ao ler diferentes textos, o jovem adquire condições de se posicionar criticamente. Passa a interpretar múltiplas visões da realidade, acrescentando sua experiência de vida, decorrente da maneira de ver o mundo e as coisas que o rodeiam. Em síntese, ler é essencial ao crescimento intelectual e profissionais dos jovens discentes. A leitura permite confrontar os próprios conhecimentos com outras fontes, enriquecendo o leitor com novas ideias e perspectivas. [...]

O aluno crítico é aquele que consegue relacionar o material lido com a realidade social na qual está inserido. Não basta apenas ler a mensagem escrita, mas é preciso saber interligá-la a outras informações e as aplicar

para a melhoria do espaço social em que se convive. Ainda segundo Adorno Júnior e Silva (2010, p. 11-27):

[...] A maior dificuldade que os jovens encontram durante seus primeiros passos no mundo da leitura é estabelecer relações significativas entre o que está escrito e a realidade que os circunda. Muitas vezes é difícil para o leitor relacionar o texto com suas experiências anteriores. [...] Assim, a apropriação do conhecimento ocorre de maneira mais profunda quando as informações são contextualizadas. Elas devem estar ligadas a outros conhecimentos e não podem ser apresentadas isoladamente, desvinculadas de dados históricos, sociais, políticos e, muitas vezes, econômicos [...]

É papel do professor desenvolver nos alunos o hábito da leitura e incentivar sua participação nos debates dos temas desenvolvidos em salas de aula, inclusive mediante a realização de trabalhos em grupos e, se possível, como avaliações continuadas. A natural timidez da maioria dos alunos atrapalha a compreensão da matéria e o desenvolvimento do pensamento crítico, incumbindo ao professor criar mecanismo para que seja superada.

3. A ATUAL CONJUNTURA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

Dias Sobrinho (2005) acredita que os dilemas da educação superior estão diretamente ligados à crise do Estado, que não consegue instituir as condições necessárias para realizar políticas sociais, em especial de educação, que promovam equidade, justiça social e democratização. Descreve cenário composto de contradições, no qual situa o “grande dilema da educação superior de hoje: educação como direito social e bem público ou educação como negócio e mercadoria” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 26).

Sobre os obstáculos que devem ser superados pelos docentes para o exercício da profissão, Machado (2009, p. 03) bem destaca que:

[...] Ser professor universitário não é, nunca foi, e, talvez, nunca será fácil. Por muito tempo era esperado de quem trabalhava como professor, que fosse alguém inspirador, cheio de virtudes, uma pessoa que merecia o respeito de todos. Atualmente, além de se exigir que o professor transmita e ensine conhecimentos técnicos, espera-se que ele seja capaz de mudar comportamentos e atitudes dos alunos. [...]

Pelas atuais condições de trabalho nas unidades privadas brasileiras, o professor do ensino superior pode perder sua identidade, em razão da flexibilização e do enfraquecimento dos sindicatos. Do professor universitário são requeridas, notadamente no ensino público, pelo fenômeno da globalização, contínuas formação e produção, para que possa garantir lugar na frenética competição acadêmica. Isto faz com que o professor universitário seja identificado apenas pelo que produz editorialmente e não pela qualidade da aula que ministra e pelos resultados que dela se extraem.

A formação dos profissionais da educação no contexto atual e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020 precisam ser tema de discussão de toda a sociedade sobre as políticas educacionais. Na educação superior, a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) contribuíram para a expansão da educação superior no país.

Não basta, porém, a ampliação dos recursos destinados ao ensino superior, se não houver uma política de educação articulada com essa expansão. É necessária uma gestão democrática, com espaço de deliberação coletiva, do qual participem efetivamente estudantes, funcionários, professores e a sociedade civil.

A democracia educacional precisa ser assumida como base para a melhoria da qualidade da educação e para o aprimoramento das políticas educacionais, enquanto metas do Estado articuladas com as diretrizes nacionais, para todos os níveis e modalidades de educação e ensino. É preciso que a sociedade participe desta discussão, pois discutir a educação de qualidade, tanto na esfera pública quanto privada, atinge diretamente a todos os cidadãos brasileiros, estejam eles engajados ou não nesta causa (DOURADO, 2011).

Dias Sobrinho (2005) destaca ser necessário que a universidade responda às expectativas da sociedade, com as tarefas e funções que estão sendo ampliadas e se tornando cada vez mais complexas. Relacionam-se à forte demanda de escolarização superior, à conexão direta da educação com a expansão social da divisão do trabalho e ao valor econômico deste último. Também dizem respeito à diversidade, com o esforço de reforma dos cenários atuais e futuros e da capacidade reflexiva da comunidade educativa.

O ponto central trazido pelas reflexões de Dias Sobrinho (2005) é o desafio da educação superior para a construção da globalização da justiça e da dignidade humana, da recuperação da dimensão histórica dos indivíduos e da integração da sociedade. Analisa que o crescimento econômico, baseado nas conquistas da tecnologia e do conhecimento, por si só não é

capaz de garantir equidade social, erradicar os bolsões de miséria e evitar a degradação ambiental e a violência. Dias Sobrinho (2005, p. 35) adverte que:

[...] a educação superior corre o risco de se dedicar mais às tarefas e demandas de curto prazo, específicas, imediatas e superficiais, do que a problemas e questões de largo alcance, mais duradouros, mais significativos para a existência social. [...]

Em tempos de tantas incertezas, deve-se acreditar na responsabilidade e nas respostas da educação superior para a formação de cidadãos éticos e responsáveis, para a consolidação da democratização da sociedade e para a redução das desigualdades sociais (DIAS SOBRINHO, 2005).

4. OS ALUNOS DOS CURSOS SUPERIORES E AS NOVAS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO

Novas demandas estão sendo colocadas para a sociedade como um todo com as grandes modificações decorrentes da reforma do papel do Estado. Também são oriundas das transformações na estrutura ocupacional e nas relações de trabalho, geradas pela acumulação flexível do capital no âmbito mundial. Segundo Schons (1999, p. 231):

[...] Os dez anos de crise (1973-1983) do sistema capitalista mundial caracterizaram-se pelo choque do petróleo, pelo choque da taxa de juros e a consequente instabilidade financeira, e pela expressiva redução das taxas de incremento da produtividade. [...]

Para sair dessa crise no sistema capitalista mundial, os países realizaram grandes mudanças no Estado, com a desintegração do paradigma keynesiano. Iniciaram-se, então, profundas modificações no mundo do trabalho. A reestruturação da economia capitalista mundial prolongou-se até os anos noventa. Os grandes avanços tecnológicos operaram modificações na estrutura ocupacional e nos processos de trabalho das empresas, alterando a organização da produção, o que determinou grandes mudanças culturais e político-econômicas.

A produção flexibilizada é ditada pela demanda, em sintonia com um mercado restrito, segmentado e qualificado. É fundada na produção em pequenas séries de uma gama variada de produtos, utilizando processo de trabalho, máquinas e linhas de produção mais flexíveis, possíveis pelo avanço tecnológico. Possibilita a retração ou a expansão da produção de

acordo com o mercado, o que muito diferente do antigo modelo Fordista, voltado para a produção em massa, seriada e para consumo em larga escala (SOUZA, 1999).

Essa produção flexibilizada exige que o profissional seja polivalente e multifuncional, que tenha “facilidade de comunicação oral e escrita, além de conhecimentos gerais para responder adequadamente às novas situações” (ADORNO; SOUZA, 2008, p. 61). Para Vaz da Silva (2011, p. 2):

[...] As relações de trabalho já estão mudando e essa mudança tende a se acelerar, o que exige profissionais mais preparados para o novo mercado. Jovens precisam se adaptar às novas tecnologias e ao trabalho colaborativo, muitas vezes à distância e terceirizado. É necessário ainda que tenham uma formação interdisciplinar, sejam fluentes em línguas, pelo menos inglês e espanhol, e tenham boa cultura geral. [...]

Ainda conforme Vaz da Silva (2011), com o aperfeiçoamento e a revolução tecnológica, a informação passou a ser difundida de forma intensa, evidente, instantânea e sem mediações, o que possibilitou maior facilidade no contato do trabalho das organizações e informações sobre o desempenho de projetos:

[...] a arquitetura institucional foi se configurando cada vez mais numa perspectiva de organização flexível, com terceirizações e fragmentações da produção e da organização do trabalho. Nessas ganharam destaque as relações humanas que exigem das pessoas proatividade às circunstâncias ambíguas. [...]

Verifica-se que a multifuncionalidade e a polivalência são atributos que vêm sendo exigidos dos jovens trabalhadores pelas empresas nas quais buscam se inserir, muitas vezes para obter o primeiro emprego, juntamente com eficiência e rapidez, em mercado de trabalho altamente competitivo.

Para a formação de novos profissionais, a sociedade e o mercado de trabalho contam com a atuação do magistério no ensino superior. Este desafio é proposto, de maneira particular, para a região onde se encontra a Faculdade Santa Lúcia, pois é fortemente industrializada e, portanto, alcançada pelas transformações do mundo do trabalho.

A formação de inteligências deve responder a esses desafios na tarefa de formação dos profissionais. Além de atender às demandas do mercado de trabalho, os docentes não podem deixar de responder eticamente às

profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade, bem como às questões que envolvem as desigualdades sociais. Segundo Cury (2003, p. 151 e 153):

[...] O comprometimento social deve ser a grande meta da educação. Sem ele, o individualismo, o egoísmo e o controle de uns sobre os outros crescerão. A educação não precisa de reformas, mas de uma revolução. A educação do futuro precisa formar pensadores, empreendedores, sonhadores, líderes não apenas do mundo em que estamos, mas do mundo que somos. [...]

As instituições de ensino superior devem ter como objetivo geral, portanto, a formação de profissionais dotados de preparo intelectual e cultural, com pensamento crítico. Eles precisam ser competentes em suas áreas de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Esses novos profissionais devem estar comprometidos com os valores e princípios norteadores da ética para o exercício da profissão que escolheram. Também devem ser capazes de trabalhar com dados da realidade, na mobilização e no desenvolvimento de potencialidades, na organização e na participação nas equipes de trabalho.

CONCLUSÃO

É premente a necessidade de se cambiar das escolas formativas para as escolas de inteligência no ensino superior brasileiro. Isto decorre das grandes transformações do mundo do trabalho, que saiu da rigidez do antigo modelo do fordismo, de produção seriada e monovalente, para a fluidez e a inconstância da acumulação flexível do capital.

O novo profissional deve estar preparado para ingressar no mercado de trabalho que exige outras potencialidades. Não basta que apenas detenha o conhecimento angariado nos bancos escolares como informação, sendo preciso que saiba desenvolver o pensamento crítico e propositivo, com a capacidade de relacionar as diferentes situações da vida em sociedade, para propor mudanças que a melhorem, de forma criativa.

A sociedade civil espera essas respostas das instituições de ensino superior. Seus principais agentes, que são os professores, precisam estar imbuídos dessa honrosa missão. Para tanto, devem contar com elementos materiais que permitam desenvolver com responsabilidade a tarefa de instrumentos de formação dos alunos.

Aulas mais participativas e que incentivem o pensamento crítico e o debate entre os alunos podem contribuir sensivelmente para que se obtenham resultados positivos na formação dos profissionais que deixam os bancos acadêmicos para ingressar no mercado de trabalho. O professor precisa trabalhar na formação do aluno e não apenas na transmissão do conhecimento. Como conclui Cury (2003, p. 15):

[...] Não estamos educando a emoção nem estimulando o desenvolvimento das funções mais importantes da inteligência, tais como contemplar o belo, pensar antes de reagir, expor e não impor ideias, gerenciar os pensamentos, ter espírito empreendedor. Estamos informando os jovens, e não formando sua personalidade. Os jovens cada vez mais conhecem o mundo em que estão, mas quase nada sobre o mundo que são. [...]

A polivalência que é exigida dos novos profissionais, em mercado de trabalho no mundo da economia mais flexível, faz com que não se reserve espaço para o estudante que não foi devidamente preparado para interligar as diferentes informações que recebeu durante o curso superior.

Criatividade, ética e preocupação com o social são adjetivos que não podem faltar ao aluno recém-formado, incluindo aos seus mestres a tarefa de prepará-los nesse sentido, com a humildade necessária para fomentar debates em salas de aula. Se preciso for, o professor deverá rever conceitos anteriormente formados, pois “um excelente educador não é um ser humano perfeito, mas alguém que tem serenidade para se esvaziar e sensibilidade para aprender” (CURY, 2003, p. 17).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO JÚNIOR, H. L.; SOUZA, M. C. de. Modalidades de doenças ocupacionais decorrentes das novas formas de produção: aspectos sociais e jurídicos. **Caderno de Estudos e Pesquisas Universitas**. Mogi Mirim: Santa Lúcia, ano 1, nº 1, p. 57-76, julho a dezembro, 2008.

ADORNO JÚNIOR, H. L.; SILVA, J. L. P. da. Leitura e produção de textos na era da informática. **Caderno de Estudos e Pesquisas Universitas**. Mogi Mirim: Santa Lúcia, ano 3, nº 5, p. 11-28, julho a dezembro, 2010.

BOLOGNESI, R.. **Educação contemporânea: reflexões e práticas**. São Paulo: Know How, 2010.

CHAUÍ, M.. **Convite à filosofia**. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2011.

CURY, A.. **Mentes brilhantes, mentes treinadas: desvendando o fascinante mundo da mente humana**. 3ª ed., São Paulo: Academia, 2010, 122 p.

CURY, A.. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, 170 p.

DELORS, J. (coord). **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. 10ª ed. São Paulo: Cortez (MEC:UNESCO), 2006.

DIAS SOBRINHO, J.. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000100015&script=sci_arttext#tx>. Acesso em novembro de 2012.

DOURADO, L. F. (org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: UFG; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. PISA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em março de 2014.

MACHADO M., A. P.. **A Formação do professor universitário como intelectual transformador**. Publicado em: 21/05/2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-formacao-do-professor-universitario-como-intelectual-transformador-928538.html>>. Acesso em novembro de 2012.

MELLO, D.. **PISA: apesar de avanços na educação, Brasil ocupa baixa posição em ranking**. Portal Terra/Educação. Publicado em 03/12/2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/pisa-apesar-de-avancos-na-educacao-brasil-ocupa-baixa-posicao-em-ranking,b0065092984a2410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>>. Acesso em março de 2014.

OCDE. **BRAZIL – Country Note – Results from PISA 2012**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2013/country_note_brazil_pisa_2012.pdf>. Acesso em março de 2014.

SCHONS, S. M.. **A assistência social entre a ordem e a “des-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo, Cortez, 1999.

SOUZA, M. C.. **As lesões por esforços repetitivos - LER: Um estudo dos prontuários da reabilitação profissional**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da FCM/UNICAMP. Campinas, SP [s.n.], 1998.

VAZ DA SILVA, S. R.. **Questão social e reprodução das desigualdades face às relações de trabalho - algumas reflexões**. Disponível em: <http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao2/060.pdf>. Acesso em dezembro de 2011.

